

## Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero

*Antônio Carlos Lima da Conceição*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é sintetizar o complexo movimento histórico dos principais debates presentes no interior do movimento feminista a partir da utilização do conceito de gênero, tendo como pano de fundo as visões histórico-críticas dos teóricos do patriarcado. Visões estas fundadas na concepção feminista marxista e nas teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista e anglo-saxônica. Procura refletir sobre seus avanços e os impasses mais críticos e seus desafios na contemporaneidade. **Unitermos:** feminismo, gênero, mulher.

**Abstract:** The objective of this article is to synthesize the complex historical movement of the main debates presents inside the feminist movement, starting from the use of the gender concept, tends as base for discussion the visions historical-critical the theorists of the patriarchal, founded by the Marxist feminists and the psychoanalytic theories of head office post-structuralism and Anglo-Saxon, trying to contemplate on their progresses and the most critical impasses and their challenges in the present time. **Keywords:** feminism, gender, woman.

## **Introdução**

Ao identificarmos algumas tendências gerais nos estudos feministas surgidas no século passado, constatamos seus principais avanços, impasses mais críticos, e alguns desafios postos. Sabemos da complexidade do tema diante da produção existente, principalmente nos anos 60 e 70, onde o feminismo passou por mudanças de um tom panfletário, para um discurso mais sofisticado.

Nos anos 60 e 70, não havia um distanciamento entre movimento e academia, isto passou a ocorrer a partir da sofisticação das reflexões e teorizações. Houve mudanças significativas no enfoque teórico-metodológico. Das reflexões sobre a mulher nos anos 70 e a preocupação em delinear as causas da opressão feminina, para um deslocamento para mulheres, enquanto objeto empírico.

Ainda nos anos 70 houve um avanço significativo quando o gênero será elaborado como a construção social das identidades sexuais e como objeto de estudos feministas. Assim abriu caminhos para a desconstrução e desnaturalização do masculino e do feminino. Nesse sentido o movimento feminista constitui-se um agrupamento com uma dimensão teórica e política e que não apresenta explicações e interpretações fechadas sobre a realidade e relações de gênero. Daí podemos inferir que não existe uma única definição do ser mulher, e qualquer pretensão neste sentido torna-se quase impossível.

Hita (2002:19) faz referência a dois períodos distintos do debate feminista:

“o primeiro, por volta dos anos 60 e 70 do século XX, amplamente baseado nos ideais e preocupações do século XVIII. O segundo, ao redor dos anos 90 também do século XX, influenciado por correntes pós-modernas do pensamento ocidental.”

Os estudos feministas, até os anos 70, tinham como objeto central “a mulher” no singular. Os trabalhos produzidos neste período tinham a preocupação em explicar as causas da opressão feminina, da subordinação da mulher na história do patriarcado. Neste cenário era muito difícil o trabalho científico, porque a mulher enquanto objeto ideal, só existe em nível de ideologia.

A partir de meados dos anos 70 há uma mudança de enfoque: de mulher para mulheres. Nesse período, destacamos o artigo de Gayle Rubin (1975) – *O Tráfico de mulheres*, onde ela teoriza sobre o sistema “sexo/gênero”. O feminismo tinha ainda neste período um problema teórico-metodológico, não tinha um objeto formal que desse conta dos fenômenos observados.

Nos fins dos anos 70, o conceito de gênero é elaborado e conceituado como a construção social das identidades sexuais e como objeto dos estudos feministas. A utilização do gênero altera o enfoque nas discussões, pois se inaugura uma nova problemática no campo feminista. O conceito de gênero promove um avanço nos estudos feministas

ao incluir tendências universais em relação ao masculino e feminino com as especificidades históricas e culturais. Segundo Cecília Sardenberg (2004):

O gênero abriu os caminhos para a desconstrução e para a desnaturalização do masculino e feminino. Mas, essa nova problemática também propiciou o surgimento desse ‘fosso’ entre o que elas chamam de feminismo da modernidade e o feminismo da pós-modernidade (CECÍLIA SARDENBERG, 2004:24).

A autora ainda salienta que os trabalhos atuais e não só os feministas têm realmente esse caráter desconstrutivo. O que se procura é desnaturalizar, desconstruir, principalmente as oposições binárias, incluindo aquelas que implicam sexo/ gênero. Atualmente estas posturas dicotômicas têm sido criticadas, ou seja, esse dualismo sexo/gênero, que marcou as primeiras teorizações em torno do conceito de gênero.

As formulações teóricas até então, tinham a preocupação de construir explicações das causas universais ou das origens da opressão feminina. Hoje se entende que procurar causas universais, origens, é incorrer no essencialismo. Neste cenário o conceito de gênero teve um grande impacto no combate ao determinismo biológico.

A dinâmica do movimento feminista foi marcada por debates em torno da causa principal da opressão feminina. Seria o patriarcado? O capitalismo? Patriarcado capitalista? Capitalismo

patriarcal? Ainda nos anos 70 o campo vivenciou sínteses que tentaram unir patriarcado com capitalismo, feminismo com o marxismo, ou seja, amplos debates sobre sexo e classe. Neste contexto, podemos identificar historicamente as seguintes tendências no movimento feminista: feminismo liberal, socialista e radical, as diversas abordagens estavam no mesmo plano epistemológico. Tinham-se respostas distintas, apesar das perguntas serem as mesmas e de se buscar a resposta na causalidade social.

A atuação do feminismo negro deslocou o debate que se dava entre marxistas e feministas sobre sexo e classe para outro plano e demonstrou que não se tratava de uma questão só de sexo e classe, uma vez que problematizam a questão: e raça? A partir desse questionamento começa-se a se pensar na articulação de gênero, raça, e classe e nas diferenças entre mulheres, não, mas apenas nas desigualdades entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre os homens. A partir dessa crítica o gênero começa a ser pensado como um dos elementos constitutivos das relações sociais, que se articula com outras categorias importantes: classe, raça, etnia, idade, dentre outros, configurando situações de gênero específicas.

Outro dado importante foi às questões levantadas em torno da distinção, ou separação, entre sexo e gênero, ou seja, o sexo como natural, biológico, e gênero como cultural. Neste sentido os

dualismos, sexo/gênero também passou a ser criticado, ou melhor, desconstruído.

Da mesma forma as teorizações iniciais que diferenciam gênero/sexo são criticadas, porque tais concepções tomavam o sexo como sendo natural e, portanto, ahistórico, identificado com o corpo também considerado ahistórico.

Atualmente a partir da leitura de Foucault sabemos que as próprias idéias sobre o corpo mudam, não existe um corpo fora de um discurso sobre o corpo. Logo ao se pensar sexo identificado com corpo ele não deve ser pensado independente das leituras culturais de gênero. Daí, podemos dizer que ao afirmarmos que o sexo está para a biologia, assim como gênero está para cultura estamos fazendo uma construção de gênero.

Joan Scott (1993) é quem nos oferece uma das mais importantes contribuições teóricas sobre o uso da categoria gênero. Para (SCOTT 1993:265) *“as coisas que tem a função de significar algo, tal como as palavras e as idéias, possui uma história, o que inclui o termo gênero.”* Desta forma rejeita palavras que poderiam trazer a noção de determinismo biológico e realça o caráter relacional das definições de feminismo e masculino.

Scott (1993: 268) ainda destaca que o gênero como categoria analítica, tal como as de raça e classe promoveram a inclusão dos oprimidos na história, como também tem possibilitado a análise do significado e da natureza da sua opressão e a compreensão acadêmica de que as

desigualdades, face ao poder, estão relacionadas ao menos a estes três elementos- gênero, raça e classe.

O sentido dado ao gênero numa dimensão analítica, só é possível com a adoção de novos paradigmas teóricos. Essa observação faz-se importante porque o mero uso do termo gênero, sem uma mudança de perspectiva teórica, faz que se estudem as coisas relativas às mulheres, sem o questionamento do que as relações entre homens e mulheres estão construídas como estão, como funcionam e como se transformam.

A partir de meados do século passado face à descrença com os progressos da ciência e do pensamento racional e objetivo, um novo paradigma, foi se constituindo: os chamados estudos pós-estruturalistas ou pós-modernos que realçam a subjetividade dos sujeitos e da linguagem, a impossibilidade da neutralidade científica; a importância dos estudos qualitativos e dos fenômenos particulares; negam as leis gerais de explicação dos fenômenos; apontam para a instabilidade dos conceitos e categorias etc.

O estudo de gênero assentado neste novo paradigma teórico tem possibilitado as feministas acadêmicas encontrarem uma voz teórica própria; como também aliados acadêmicos e políticos.

Numa perspectiva histórico-crítica podemos falar em três visões teóricas sobre o gênero: a dos teóricos(as) do patriarcado, a elaborada pelas feministas marxistas e as teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista e anglo-saxônica.

As teóricas do patriarcado analisam o sistema de gênero e apontam a sua primazia em toda a organização social. Procuram explicar a dominação da mulher pelo homem em função da reprodução e da própria sexualidade; porém não demonstram como a desigualdade de gênero estrutura as outras desigualdades sociais que afetam aqueles campos que parecem não ter ligação com o gênero. Além disso, suas reflexões se assentam nas diferenças corporais entre homens e mulheres, consideradas imutáveis e, portanto, ahistóricas.

Helieth Saffioth (1992: 183) chama atenção para o processo de naturalização da dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres, cuja intensidade varia de sociedade para sociedade, de época para época.

Há de se ressaltar que todas as sociedades historicamente conhecidas revelam predominância masculina, todavia o patriarcado absoluto deve ser encarado com reserva. A subalternidade da mulher, não significa ausência absoluta de poder. Em todas as sociedades conhecidas as mulheres detém parcelas de poder. As mulheres não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas á luta que trava com os homens. Neste sentido as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se no terreno do poder. Aqui tem lugar a dominação e a exploração como sendo faces de um mesmo fenômeno. É impossível pensar essa relação sem pensar relações de poder. Vale ressaltar que ao falar de poder adotamos a perspectiva foucaultiana.

Essa concepção permite a análise do poder tanto a nível macro (o poder do homem) quanto a nível micro (o da mulher).

No sistema de sexo/gênero de Rubin (1975:159) as relações de gênero aparecem como resultante da existência de dois sexos: macho e fêmea. Esta perspectiva é criticada, pelo fato de que para (RUBIN 1975: 159) “*tanto o homem, quanto a mulher são portadores de uma sexualidade natural, associadas, pois não variam.*” Todavia faz-se necessário um distanciamento desta postura essencialista supracitada, conforme diz Saffioti (1992):

...quando se insiste na natureza relacional do sexo, não apenas se nega enfaticamente a postura essencialista, como também se revela à crença de que é mais fácil recorrer a procedimentos cirúrgicos e fazer as mudanças desejadas na genitália do que intervir no sentido de alterar o gênero, socialmente imposto a uma pessoa, simultaneamente, por ela conquistado (SAFFIOTI 1992:186).

No campo social faz-se necessário saber lidar com as diferenças que separam os gêneros. Para tanto é necessário agir com cautela para não aumentarmos as diferenças e incrementar à distância, obscurecendo as identidades de classe. Nem tampouco acentuando as semelhanças entre homem e mulheres, para que a organização social de gênero não se dilua e as identidades de gênero também sejam obscurecidas. É necessário, pois está

atento para detectar a presença das diferenças/semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças/semelhanças de classe nas relações de gênero.

A organização de gênero promoveu transformações na noção de consciência de classe, uma vez que esta formulação da ciência androcêntrica defende que a consciência de classe é atingida quando os membros desta classe se tornam capazes de defender seus próprios interesses. Este entendimento não considera as oposições contraditórias vividas no meio da mesma classe social. As contradições de gênero quando levadas a sério podem elevar o nível de consciência de classe, já que estão permeadas de desigualdades entre homens e mulheres.

Pelo exposto fica evidenciado que o patriarcado é um dos esquemas de dominação /exploração, integrante de uma simbiose da qual participam o modo de produção e o racismo.

No tocante ao feminismo marxista, as reflexões fundamentam-se na busca de uma base material para o gênero e a encontram na divisão sexual do trabalho. Nesta perspectiva teórica o gênero é considerado como “produto acessório”, nas transformações das estruturas econômicas, carecendo, portanto, de status analítico próprio e independente.

As teorias psicanalíticas abordam os processos pelos quais as identidades do sujeito são criadas, centralizando suas análises nas primeiras etapas da vida da criança. Estas teorias, apesar de

concentrarem-se nos sujeitos, tendem a universalizar as categorias homem-mulher, descontextualizando a construção da subjetividade e reforçando o caráter de oposição binária do gênero. Segundo Joan Scott (1995:11) “*O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos; o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder*”.

A perspectiva de gênero está dispersa nos símbolos, representações culturais, nas normas e doutrinas, nas instituições e organizações sociais, nas identidades subjetivas. Estes elementos operam juntos nas relações sociais, mas não são reflexos um dos outros.

O gênero embora não seja, o único campo, de articulação do poder, constitui-se na primeira instância dentro do qual, ou por meio do qual, o poder se articula.

Para Costa (1998: p.27), o feminismo, nessa virada do século, constitui-se em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. Esses discursos por sua vez informam e são informados pelas práticas políticas e culturais, tem ancoragem naqueles pontos nodais que são produtos da interseção intrincada das diferenças (de raça, gênero, classe, idade, orientação sexual etc.).

A imbricação dessas diferenças tem dado vazão a uma variedade de feminismos (feminismo cultural, humanista, marxista, socialista, psicanalítico, radical, lésbico, negro, pós estruturalista, do terceiro mundo etc.), que não

podem ser cristalizados em uma única posição singular. Todavia esta heterogeneidade interna não provocou o debilitar político do feminismo enquanto movimento coletivo contra a dominação.

Essa interdependência de diferentes forças dentro do feminismo assinala sua principal virtude em relação a outros movimentos sociais e discursos, principalmente quando consideramos as articulações que o feminismo constrói entre as variadas posições de sujeito visando objetivos políticos, materiais e culturais específicos.

Algumas teóricas feministas norte-americanas declaram que o gênero dissipou-se diante das fraturas de classe, raça, etnia, sexualidade, idade e outras diferenças individuais constitutivas do pensamento pós-moderno. Assim, mesmo com as tensões produzidas no campo do feminismo, não podemos omitir os ganhos que o conceito de gênero obteve quando aliado às correntes estruturalista e pós-estruturalista; principalmente, no que se refere à negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher.

Em algumas correntes feministas pós-estruturalistas, avessas a essencialismos, a binarismos e a lógicas identitárias proibiu-se referência a categoria mulher, e qualquer tentativa de nela embasar uma política feminista, é logo rotulada de politicamente equivocada. A estratégia, então, foi a de radicalizar a noção de diferença através de uma prática desconstrutiva negativa, a mulher passa a ser uma identidade que não pode ser

afirmada tal exercício resulta em um feminismo(os) sem mulheres.

Para Costa (1998:138), poucas feministas pós-estruturalistas aceitariam o radicalismo de que a mulher não existe. Desafiar a coerência e a unidade da ‘mulher’, ou poder explicativo desse conceito não nos faz necessariamente cúmplices de genocídio feminista. Ao acompanhar a reflexão de Costa (1998), estaremos retornando a noção de mulher como categoria política. É perceptível também que a proposta sustentada pela autora é de que o uso da categoria mulher deve ser entendido à luz das histórias e significados das outras categorias da identidade, classe, raça, etnia e sexualidade.

Pelas discussões até aqui estabelecidas percebemos o quanto paradoxal é a situação da mulher, que oscila entre o anti-essencialismo epistemológico e o essencialismo político.

Hita (2002:329) afirma que, as narrativas pós-modernas vêm sendo caracterizadas, entre outros aspectos, pelo seu lúcido questionamento as premissas da teoria tradicional do sujeito. Como corolário desta crítica é importante destacar que ela se caracteriza também pela sua tendência a diluir e apagar demarcações nítidas entre o Eu e o Outro, o Branco e o Preto, Homem e Mulher, Corpo e Mente e outros dualismos.

Pelo exposto, fica evidenciado que a crítica pós-moderna põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo enquanto política de identidade vem se articulando; por sua vez, o

agenciamento social que marca a origem do movimento feminista está ameaçado. Neste sentido, apresenta-se um questionamento: há possibilidade de uma identidade geral universal que unifique a categoria mulher diante da fragmentação de interesses de classe, raça/etnia etc?

Como explica Hita (2002:330), as teóricas pós-modernas (Dona Haraway, Judith Butler, Joan Scott, Teresa de Lauretis) não se afastam nem abandonam as preocupações originárias de um feminismo emancipatório que visa estratégias de ação política para superar estados de discriminação e desigualdades de gênero, sexo, raça, étnica, religiosa etc.

A perspectiva tradicional do sujeito trabalha com identidades fixadas a priori e tem a pretensão de representar a diversidade de interesses. Vale à pena destacar que Hita (2002: 332) revela que as autoras citadas propõem pensarmos em termos de coalizão, conexão ou afinidades, e destaca em seu texto que proporia o termo forma de identificação ao invés de novo tipo de identidade.

A crítica a noção de sujeito estável é apresentada por Butler (1998:14) afirma que a política exigir um sujeito estável, é afirmar que não pode haver oposição política a essa afirmação.

A discussão apresentada pelo pós-modernismo recusa pressupor a noção do sujeito desde o início: não é o mesmo que negar ou dispensar essa noção totalmente; ao contrário, é perguntar por seu processo de construção e pelo significado político e pelas conseqüências de tomar

o sujeito como um requisito ou pressuposto da teoria.

Com a contribuição das teóricas pós-modernas, a própria categoria universal do sujeito, com seu viés etnocêntrico, começa a ser desmoronada: uma vez que esta pressupõe, desde o início, uma noção instrumental do sujeito e impõe uma noção culturalmente hegemônica sobre o campo social.

O debate que as pós-modernas apresentam é o da possibilidade de haver política sem que seja necessária a constituição de uma identidade fixa, de um sujeito a ser representado, para que esta política se legitime.

As críticas pós-modernas dirigem-se também para o modelo binário, que foi fundamental nas discussões a respeito da distinção sexo/gênero.

Para Butler (1998:29), o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações cultural e historicamente convergentes. Nesta perspectiva não existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, uma vez que a identidade é performativamente constituída.

A desconstrução de gênero em (BUTLER 1987:142) que diz “*nós nos tornamos nossos gêneros e não nossos sexos*” é frequentemente apontada como um fator de esvaziamento dos

estudos de feministas em prol da chamada teoria *queer*.

Na perspectiva similar a de Butler (1987), Fraser e Nicolson (1992) defendem que a aproximação entre teoria feminista e pós-modernismo deixaria de lado à idéia de sujeito da história, em substituição as noções unitárias de mulher e identidade genérica feminina, por conceitos de identidade social que são plurais e de constituição complexa, e nos quais o gênero seria somente um traço relevante entre outros.

A seguir apresentamos alguns aspectos que caracterizam os estudos de gênero numa perspectiva pós-moderna proposta por Scott (1993:28-52) em *Gender: a useful category of historical analysis*:

- Analisam como, em diversas sociedades e momentos, um dado grupo ou indivíduos dá significação ao feminino e ao masculino;
- Elegem o particular, renunciando à busca por leis causais e gerais para a explicação das diferenças sexuais;
- Tratam os papéis homem-mulher ou feminino-masculino, não como categorias fixas, mas, constantemente mutáveis;
- Consideram apesar de estarem atentos ao caráter relacional do gênero, que o caráter binário sobre a diferença sexual, ainda que seja hegemônico nas sociedades, não é invariável ou imutável;

- Rejeitam o determinismo biológico e a idéia de que a distinção sexual é natural, universal ou invariante, a despeito das diferenças anatômicas entre machos e fêmeas na espécie humana, mas que se constrói discursivamente de forma inter-relacional, pressupondo relações hierárquicas de dominação;
- Discutem como uma dada visão de gênero construiu-se e impôs-se num determinado grupo, num certo momento, apontando para sua historicidade, desconstruindo-a;
- Visam, mais do que descrever e buscar a causalidade dos fenômenos, analisar e compreender as construções de gênero, que implicam na configuração de instituições, de relações de dominação, símbolos e representações, normas, papéis sociais, identidades subjetivas e coletivas e práticas legitimando-as;
- Atentam que o gênero é disperso e está presente em todos os aspectos da experiência humana, constituindo-os parcialmente, porém, não os determinando.

### **Considerações finais**

O feminismo vem mostrando um aspecto positivo do pensamento, um aspecto de reconstrução de um mundo menos violento, menos agressivo, menos opressor. E tudo isso feito através de um pensamento crítico na medida em que ele desconfia das coisas que nos aparecem como naturais. Se a junção mulher corpo é natural,

desconfiemos dela. E ao desconfiar dessa naturalidade estamos abalando uma estrutura opressora, que faz com que essa função pareça natural, pois atende a interesses opressores. O feminismo aparece assim como um pensar que promove mudanças. Uma crítica que não aceitando sequer que o social ou o real sejam o limite, reinventa o mundo de forma criativa e diferente.

Nesse movimento de reinvenção do mundo, mesmo as noções centrais para o feminismo no passado foram sendo revistas e criticadas, como o próprio conceito de gênero. Em sua crítica aos binarismos, um dos binários que caiu, no desenvolvimento do pensamento feminista é o binário sexo-gênero. Eis aí a prova cabal de que o feminismo é uma postura autocrítica diante do pensamento e ação.

O feminismo(s) não constitui um movimento ou discurso ressentido, é um movimento inclusivo. Não acontece uma guerra pela supremacia da identidade feminina. Há sim, uma batalha pelo fim das identidades rígidas. O feminismo não é uma guerra das mulheres pelas mulheres. Talvez o feminismo enquanto movimento marcado historicamente pela radicalidade seja uma luta por um mundo onde ser homem ou mulher não faça diferença alguma. Essa perspectiva, a nosso ver, não tem o sentido de igualar mulheres e homens. Pelo contrário é a luta constante contra discursos e práticas que nos fazem pensar que há alguma vantagem ser homem ou mulher.

## Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault”. In: Seyla Benhabib e Drucilla Cornell (coords.), **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, pp. 139-154.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu** (11): trajetórias do gênero, masculinidades. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP 1998, pp. 127-140

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In H. Buarque de Hollanda (org.), **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 243-288;

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. Em Buarque de Almeida, Heloísa et al (orgs) **Gênero em Matizes**. EDUSF, São Paulo, 2002, pp. 319 – 351;

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero, **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, N° 2, 2000, pp. 9-41;

RUBIN, Gayle. The Traffic in women: Notes on the ‘political economy’ of sex. In: R. Reiter (ed.), **Toward an Anthropology of Women**, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.: 157 – 210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo In: \_\_\_\_\_ & M. Muñoz – Vargas (eds.), **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994, pp. 151 – 186;

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs.), **Uma Questão de Gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, pp. 183 -215;

SARDENBERG, Cecília M. B. Estudos Feministas: um esboço crítico. In: Célia Gurgel (org.), **Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero**. Salvador: REDOR-NEGIF, 2004, pp. 17- 40.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: \_\_\_\_\_, **Gender and the Politics of History**, New York: Columbia University Press, 1988, pp. 28-52. [Em português: **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993.].